

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data _____
Cod I 2000047

atril, ABA/86 de Nieta Lindberg

EDUCAÇÃO INDÍGENA NO ACRE: "UMA EXPERIÊNCIA DE AUTORIA".

APRESENTAÇÃO:

O trabalho de educação indígena iniciado pela CPI-Acre, em março de 83, com o 1º curso de Formação de Monitores Índios, atinge hoje 30 aldeias em 17 áreas do Acre e regiões fronteiriças, envolvendo 9 nações: Kaxinawá, Katuquina, Kaxarari, Manchineri, Jaminawa, Yawanawa, Apurinã, Kulina e Poyanawa.

Após o 2º curso de monitores, realizado em 85, o trabalho da CPI-Acre recebeu apoio da FUNAI e SEC/AC, que firmaram então um convênio beneficiando 12 das 32 áreas indígenas da região com escolas geridas por índios monitores. Estes vem lecionando para seus parentes a partir de uma proposta curricular específica, a ser definida em processo e participativamente, que deverá estar reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação até o ano de 1988, final da vigência do convênio.

O resultado imediato desta iniciativa foi a contratação pela SEC/AC de 21 monitores índios formados e reciclados nos 3 cursos já promovidos pela CPI-Acre. Tais monitores vem recebendo salários da SEC nos bancos em seus municípios, com recursos a ela repassados pela FUNAI. A partir do 3º ano do convênio, a SEC/AC se obrigará a pagar 50% dos encargos financeiros desta remuneração, sendo que a partir do 4º ano, todo ônus estará transferido para o Estado.

A CPI-Acre, a FUNAI vem repassando recursos para os cursos de formação e reciclagem de monitores, viagens de assessoria às escolas, elaboração e publicação dos materiais didáticos de autoria dos monitores para apoiar o programa de alfabetização e pós-alfabetização.

Este apoio vem sendo oferecido também pelo "Projeto Interação Escola Contextos Culturais" do atual MINC, que vem tendo importante papel no reforço de trabalhos educacionais (não só indígenas) que levem em conta as diversidades culturais brasileiras.

Através deste convênio, fica mais uma vez evidenciada a polêmica questão de integração do índio na sociedade nacional, seus direitos e deveres como cidadão brasileiro, e sobretudo as obrigações do Estado em relação às minorias étnicas nacionais. Equiparado ao recente professorado leigo brasileiro regional (seringueiros, agricultores, operários), sua contratação pela SEC/AC, dispensa-o gradativamente do tratamento tutelar, infantilizante e discriminativo que até então vinha sendo encarado, não só pelo órgão tutor, mas também por segmentos consideráveis da sociedade brasileira.

Ficou garantida em convênio a autonomia pedagógica e administrativa das escolas indígenas no que diz respeito ao currículo, calendário escolar, mecanismo de avaliação do rendimento escolar dos alunos.

77 Arquivo
ISA

Todas estas escolas detem autonomia para desenvolver trabalhos diferenciados, cabendo às diversas comunidades, em diferentes situações de bilinguismo e contato, definir objetivos/estratégias do processo educacional, de que não são objetos, mas sujeitos/autores. Até agora a alfabetização iniciada em língua portuguesa vem sendo uma reivindicação unânime das comunidades com que a CPI-Acre vem trabalhando. Embricadas num processo acelerado de contato (em diferentes estágios), estas comunidades experimentam, com sentimento de urgência, a necessidade do manejo oral e escrito da língua portuguesa e das operações básicas de aritimética. Não é por mera coincidência que grande parte destas escolas indígenas surgiram nas comunidades onde a CPI-Acre assessora projetos econômicos, através da implantação de cooperativas de produção e consumo, administradas pelas lideranças indígenas. Os próprios monitores foram selecionados pelas comunidades tendo em vista a formação de quadros indígenas para alcançarem a auto-determinação, podendo assim controlar de fato suas áreas por conta própria, independente do sistema de dominação local.

Estudar é pois uma eficaz arma para suas relações produtivas/comerciais, permanentemente vivas e necessárias no cotidiano do contato. Por outro lado, vem crescendo nestes grupos a consciência do valor de sua identidade étnica e a simultanea necessidade de um trabalho educacional que retome sua cultura e sua História, drasticamente rompidas pela ação sistemática de determinadas agências da sociedade nacional, responsáveis pelo contato na Amazônia Ocidental: a empresa seringalista e/ou pecuarista, a FUNAI e as "Missões de Fé". Manter sua identidade indígena, ainda que dinamizada e transformada pela história contemporânea, é um dos objetivos das escolas indígenas, sobretudo na representação que dela fazem seus principais autores/atores: os monitores.

Examinemos alguns textos de autoria dos monitores, escritos em atividades didáticas, quando indagávamo-nos sobre Projeto de Escola Indígena no Acre.

..."O futuro que queremos para nossa escola é a demarcação da terra, porque a nossa terra estando demarcada, nós temos todo futuro para nossa escola. Porque dentro dessa terra, nós ensinamos e aprendemos o que a gente souber"...

Assim, ao projetarem sua escola no futuro, os monitores exprimem a vontade política da demarcação, concebida como prioritária para o processo educativo do contato. Sem a terra demarcada, nenhuma escola terá garantias de funcionar da forma como querem: "pelos próprios

Arquivo
ISA

índios mesmos, desenvolvendo nosso contexto cultural, através do nosso mito".

Tomemos ainda outras reflexões dos monitores que concebem a escola como conquista de um processo, contextualizado na História:

"Antigamente os Apurinã faziam muita guerra com outros índios. Viviam em vários lugares da mata, faziam seus roçados e suas moradias... Com o tempo, foi modificando. Já tinha seringalista, alguns marreteiros.

Hoje os Apurinã não podem ficar brigando, tem de ser unidos, para poder ser respeitados e também para defender seus direitos.

Hoje, os Apurinã estão chegando a um ponto que eles mesmos podem dirigir as suas aldeias. Melhor do que estar dependendo das pessoas da FUNAI. Por isso os Apurinã já tem um professor índio na aldeia."

A escola com professor índio é entendida como estágio atual de um processo, que parte de um "antigamente" e chega a um "hoje", onde o índio historicizado, se une em torno da auto-consciência étnico-política, na reincorporação de sua identidade, para a defesa de seus direitos.

ESCOLA FORMAL - AGÊNCIAS DE CONTATO

Durante suas história recente, as sociedades indígenas experimentaram na escola formal e no processo educativo "para o índio", um espaço social onde se expressaram relações de dominação, travadas entre elas e a sociedade dominante, especialmente através das agências tradicionalmente responsáveis pelo contato nestas regiões: a empresa seringalista (início do século), as "Missões de Fé" (década de 60) e a FUNAI (70).

ESCOLA INDÍGENA - FUNAI

Nos textos dos monitores podemos ler a forma como foi evidênciada, via escolas, a relação com a FUNAI: "Como já aconteceu com a FUNAI, contrata gente da cidade, vai na aldeia, passa três ou dois dias e volta. Quando chega na cidade, fala que índio só come e dorme. Mas, nesses três dias que passou lá, só foi na 1ª casa e as outras casas estão querendo aprender também. Quando chega o fim do ano, os professores ficam ganhando os salários deles, por nome da escola da aldeia..."

A escola que querem construir não se confunde com a "da FUNAI", descrita e negada enquanto escola de branco, com pretexto de escola de índio.

Melhor é fazer por si próprio, dispensando a tutela, que nas relações do contato, via escola, gerou uma espécie de engodo assistencialista, redundando numa forma de patronado, remunerado oficialmente.

Arquivo
ISA

"Melhor que índios ficarem pedindo um professor branco, que trabalha na FUNAI, que fica junto com índio, sendo chefe dos índios."

Como alternativa a estas escolas da FUNAI, surgem agora as escolas indígenas auto-geridas, de autoria, mas financiadas pelo Estado via Secretaria e pela própria FUNAI; "É este tipo de escola, a coisa mais importante para o índio...".

ESCOLA INDÍGENA - EMPRESA SERINGALISTA

Como exemplo das relações de dominação e desapropriação fundiária-cultural, impostas pelas empresas seringalistas na ocupação da Amazônia, expressas e acionadas também na escola formal, tomemos o caso da comunidade Poyanawa: atualmente com 250 índios, do grupo Pano, município de Mancio Lima, identificada e aprovada pelo Grupão, com demarcação prevista para 86.

Segundo estudos do Antropólogo Terri V. Aquino, a área da Fazenda Barrão, imemorialmente habitada pelos Poyanawa, desde 1900 foi explorada pelo Coronel Mancio Lima, que tentava estabelecer contato amistoso com os índios, buscando sua "catequese" sem sucesso. Várias expedições são organizadas com intuito de "amansar" os Poyanawa, até que em 1914 eles são finalmente arrastados pelo Coronel Mancio para a sede do seringal. Homens são separados de suas famílias e mandados para os centros do seringal, cortar seringa. As mulheres, seus filhos e os velhos ficam na sede, encarregados das atividades agrícolas do seringal, em troca de comida. É exatamente no início deste "tempo de cativeiro" (expressão dos Poyanawa para o período de 1915 a 1950 - morte do Coronel) que é iniciada a escola. Segundo artigo de Brandão de Castelo Branco, in Juruá Federal, "... em 1916, é criada a Escola Candido Rondón, destinada a alfabetizar os Poyanawa em língua portuguesa, com 27 alunos matriculados..." Nos depoimentos dados por velhos índios Poyanawa, estudantes desta Escola Rondón à assessora, Vera Sena, contaram: "Aprendi ABC, contar, tirar ditado. Dia de 4ª, sábado, fazia argumento, tabuada. Em 1920 me tiraram da escola e me botaram para cortar seringa. Estudei só 2 anos. Saí para estrumar coqueiros, cortar ração pros bezerros, tudo pro Coronel Mancio. Ensinava votar, fazia bigode nos meninos. Prof. Cassimiro dizia: Vocês vão ver um bicho nos ares, sem pé nem cabeça (avião)..." Em cruzado (índio e branco) se tira um bom. Nunca falou de índio, só da terra que roda, das estrelas que são muito altas. Dizia que a lua tem força, quando tá nova. Poyanawa já sabia de tudo, mas não dizia para ele não. A escola nunca acabou. Só acabava a casa e faziam outra e tem até hoje... Eu parava de trabalhar e depois voltava e não saí do 1º livro. Não podia aprender

porque a vida era cortar seringa pro Coronel Mancio, a troca de algumas roupinhas que ele dava..." A escola Poyanawa, criada por Mancio Lima, tinha também a finalidade de treinar os índios para votar nas eleições municipais no partido autonomista, tendo-o eleito 2 vezes Prefeito de Cruzeiro do Sul.

Como produto desta escola formal, hoje, somente aqueles índios mais idosos conhecem a língua Poyanawa, sua mitologia e suas técnicas artesanais, tendo sido portanto o processo educativo "para o índio" um veículo eficaz para o etnocídio deste grupo.

A partir de 83, quando a comunidade Poyanawa inteirou-se de seus direitos sobre a área da Fazenda Barão de Rio Branco, uma série de conflitos entre brancos e índios ocorreram, inclusive através da escola: a monitora Sofia Poyanawa, após o 2º curso de monitores índios promovido pela CPI-Acre, de volta à área, foi obrigada a travar uma briga política/profissional com a então diretora da escola "José Agustinho", filha do ex-patrão da Fazenda. Numa carta a nós encaminhada, diz Sofia: "Comunico-lhes que tive uma grande dúvida com a branca na escola. Dei pancada e levei. Então veio a Inspetora e o Prefeito de Mancio Lima retirou ela da escola. Agora sou a Diretora e a professora da escola Napoleão Poyanawa..." Assim, a partir desta nova direção das relações empresas/seringalistas/comunidade Poyanawa, ocorrida também no espaço social da escola, os Poyanawa mudaram-lhe o antigo nome de "José Agustinho", sem significado cultural para o grupo, para escola Napoleão Poyanawa, em memória do velho cacique assassinado pelos capangas do Coronel Mancio Lima.

Atualmente, esta escola vem promovendo um resgate das práticas culturais, sobretudo da língua e da mitologia, massacradas durante mais de 80 anos de dominação branca, desligando-se do programa oficial da Secretaria Municipal de Educação, a que estava atrelada.

ESCOLA INDÍGENA - MISSÕES NOVAS TRIBOS DO BRASIL

Para exemplificar a 3ª forma de relação de dominação promovida pelo contato através da escola formal, pegamos o caso da área indígena do rio Gregório, onde dois postos das Missões se estabeleceram há 15 anos e com eles duas escolas. Uma na aldeia Katuquina, outra na aldeia dos Yawanawa.

A escola dos missionários é inicialmente monolíngue, utilizando cartilhas de alfabetização e livros de leituras nas diversas línguas dos grupos onde atuam. Esgotados os conteúdos didáticos destes materiais, que não vão além da apresentação das palavras geradoras e das famílias silábicas destas línguas, agrupadas em frases ou em textos bíblicos e/ou hinos traduzidos, a escola faz brusca passagem para a língua portu-

guesa. Adotam então o programa oficial da Secretaria de Educação Municipal, submetendo sua turma ao mesmo sistema de ensino/aprendizagem: desde a seriação das turmas, até o calendário e forma de avaliação dos conteúdos, o que resulta na separação dos índio-alunos em aprovados ou reprovados no final do ano.

A escola dos missionários é um dos mecanismos usados para legitimar sua presença nas áreas, conquistando a confiança dos grupos, dominando-lhes a língua e devolvendo-a escrita, com o objetivo de "salvar-lhes as almas". A língua do grupo escrita é pois oferecida "em escambo" aos próprios falantes, como símbolo do poder/saber dos missionários, que em troca pedem-lhes o abandono de suas crenças e a adoção da religião evangélica.

A escrita da língua indígena é pois resultado de um ato solitário e autoritário dos "pesquisadores" das missões, que propoem para o grupo uma ortografia, escolhem as geradoras, desenhando-as, traduzem histórias estrangeiras, oferecendo já prontos estes materiais didáticos, simultaneamente externos e próprios aos índios, nas suas escolas. O resultado desta forma de pesquisa e pedagogia, são materiais desprovidos de significação cultural para os grupos, embora nas suas línguas. Como escreveu o índio venezuelano Simeon Turon em seu artigo "Morte Cultural com anestesia": "O indígena perde sua identidade, os valores de sua cultura e o significado de sua história. Resta-lhe uma língua vazia, porque não está respaldada ou fundamentada na história de sua cultura..." Como resultado deste processo educacional não surgiram, após 15 anos de missões nesta região, as figuras do monitor índio, do enfermeiro, do chefe da cantina, da liderança engajada, mas a dos "pastores índios" que passam a ser os intermediários da comunidade com o Reino de Deus. Por isso, nas áreas onde existem escolas missionárias, as escolas dos monitores índios, assessorados pela CPI-Acre, enfrentam o boicote e resistência daqueles que previam o fim do seu papel de educador/evangélico.

Transcrevemos aqui o depoimento da monitora Yawanawa Mariazinha, que bem elucida esta questão: "Depois do 1º e do 2º curso que eu fiz, quando eu voltei, eles (os missionários) não aceitaram. Eu queria explicar para eles, mas não acreditavam, pensavam que eu estava falando besteira... Um dia ele me chamou e disse: - Olhe, não devemos ter duas escolas dentro de uma só. Eu fui e disse: - De fato, não devemos ter não. Não devemos ter duas escolas e não quero dividir alunos... Eu tenho meus materiais completos e vou ensinar. Eu não estou aqui por minha conta própria. Estou cumprindo minha responsabilidade..." (agosto/85) No final de 85, após uma série de conflitos envolvendo as missões Novas Tribos do Brasil/Comunidade Indígena e até a Polícia Federal, a par

Arquivo
AISA

tir do escândalo das Asas do Socorro, os Yawanawa expulsaram os dois casais de missionários americanos de sua aldeia, por razões várias, analisadas em documento anexo pelo índio Biraci Brasil - Yawanawa, um dos principais articuladores desta iniciativa.

Hoje, a monitoria da escola pode realizar sem atropelos o projeto da escola indígena de seu grupo: "Estou fazendo uma atividade de desenhos e de histórias bonitas como é a dos Yawanawa. Eles tem de estudar para conhecer, como são eles hoje e como foi que começaram. No início até hoje, como somos nós..."

Como herança de 15 anos da presença missionária nesta aldeia, restaram algumas benfeitorias, como duas casas residênciais transformadas em escola e enfermaria, onde trabalham monitor e enfermeiro índios; uma pista de pouso aberta pela comunidade, paga pelas missões; a língua indígena escrita e reescrita pelos Yawanawa.

Assim, antropofagicamente os índios devoram dos missionários alguns elementos importantes na atual luta de emancipação e recuperação de identidade, podendo hoje inclusive redescobrir a sua língua escrita em materiais didáticos de autoria.

TEXTO-DEPOIMENTO DE BIRACI BRASIL NICHIWAKA, 21 ANOS, LIDERANÇA
YAWANAWA E COORDENADOR DA UNI-NORTE EM RIO BRANCO - ACRE.

Vou falar aqui as razões de os Yawanawa do rio Gregório expulsarem os missionários das Novas Tribos de dentro de nossa área indígena. Isso aconteceu depois de avaliações feitas pela comunidade. Chegamos a conclusão que os 15 anos que esses missionários passaram na nossa área nunca mostraram interesse em ajudar concretamente a nossa comunidade. Passaram todo esse tempo enrolando os índios, boicotando a nossa organização política e impedindo o desenvolvimento da economia indígena. E, sobretudo, desrespeitando a cultura indígena, desconsiderando as rezas e rituais de nossa comunidade, impondo a religião deles, dizendo que é a melhor, a única que salva e que vai garantir o paraíso é um lar de paz eterna e de harmonia no céu. Esses missionários norte-americanos viviam dizendo que a nossa religião, o cipó (daime) e o nosso mariri e festas tradicionais eram coisas do diabo. Por causa das pregações religiosas deles, esses missionários converteram algumas lideranças para impor a religião deles para o resto da comunidade. Criando, de certa forma, uma divisão interna entre os índios de nossa comunidade.

Eu, por exemplo, fui muito perseguido e caluniado por esses missionários das Novas Tribos. Saí de minha comunidade para estudar em Rio Branco bem dizer fugido por causa dos patrões que mandavam em nossa área e por causa desses pastores das Novas Tribos. Depois que eu comecei a participar de reuniões do movimento indígena e acompanhar os trabalhos das entidades de apoio a causa indígena (CPI-Acre e CIMI-Norte), que acho muito importante não só para mim como para todas as comunidades indígenas do Acre, aí a missão Novas Tribos tentou jogar alguns índios convertidos a sua religião contra mim, dividindo ainda mais a nossa comunidade. Os missionários viviam dizendo para o seu povo, que eu era comunista, era traficante de drogas, que nem sei o que é. Diziam ainda que eu não era mais índio, porque já conhecia os Estados Unidos, o Canadá e outros países e o índio que é índio tem que viver só na mata, sem sair para a cidade e buscar os nossos direitos pela posse da terra em que vivemos e trabalhamos. É agindo dessa forma que a missão Novas Tribos vai ajudar os índios nas áreas onde eles atuam? Se o próprio governo brasileiro até hoje não consegue assistir decentemente as comunidades indígenas deste país com saúde, educação e projetos econômicos, quanto mais estas missões Novas Tribos que não tem compromissos com os índios e com o nosso país.